



António Gomes Mota  
Clementina Barroso  
Helena Soares  
Luís Laureano

# Introdução às Finanças

Fundamentos de Finanças  
com Casos Práticos  
Resolvidos e Propostos

3ª Edição  
Revista e corrigida



**EDIÇÕES SÍLABO**

*A autora Helena Soares dedica esta obra  
à Ana Maria, Margarida e Maria Luísa.*

*O autor Luís Laureano dedica esta obra  
à Nídia, Diana e Daniela.*

*Nota introdutória à presente edição:*

É com muito satisfação que registamos o bom acolhimento que este livro tem tido por parte de muitos leitores e que se traduziu em duas edições com várias impressões, justificando esta terceira edição.

Nesta nova edição, revista e aumentada, procuramos melhorar a compreensão das matérias abordadas e, principalmente, atualizá-las face às alterações verificadas nas conjunturas económico-financeiras mais recentes. Deste modo, esta edição contempla, para além da correção das inevitáveis gralhas detetadas, a uniformização idiomática da terminologia, a simplificação de algumas resoluções de casos práticos, a ordenação dos casos práticos por subtemas, uma maior adequação e precisão nos arredondamentos numéricos, a introdução de novos textos e subcapítulos que abordam o atual contexto de taxas de juro negativas e o cálculo financeiro na avaliação de imóveis.

*Os autores*

*Agradecimentos:*

A parte relativa aos casos práticos contou com o valioso contributo das revisões críticas e partilha de sugestões dos monitores que passaram, ao longo destes últimos doze anos, pelo lecionamento da cadeira de Introdução às Finanças da Iscte Business School: Susana Sousa, Pedro Ribeiro, Bruno Santos, Ana Carolina Manha, André Miranda, Jorge Correia, Pedro Rosmaninho, Daniel Valbom, Mónica Silva, Hugo Freitas, Sofia Matos, Miguel Morgado, Débora Costa e Fábio Gomes. Queremos também agradecer a todos os alunos das licenciaturas de Economia, Finanças e Contabilidade, Gestão, Gestão de Marketing e Gestão Industrial e Logística, com quem ao longo dos anos tivemos o privilégio de interagir e trocar ideias de forma construtiva. Não obstante as contribuições recebidas, naturalmente que quaisquer erros que o documento possa ainda apresentar são da única responsabilidade dos autores.

*Nota:*

Os autores optaram por utilizar neste livro a pontuação numérica pelo sistema norte-americano (0,000.00). A principal razão prende-se com o facto de atualmente no mundo profissional das Finanças existir uma convergência para tal, assim como também para a utilização de muitos termos na língua Inglesa. Desta forma os leitores encontrarão uma maior coerência entre a leitura deste documento e o que possam encontrar num qualquer meio de comunicação financeiro.

# Introdução às Finanças

**Fundamentos de Finanças  
com Casos Práticos Resolvidos e Propostos**

ANTÓNIO GOMES MOTA

CLEMENTINA BARROSO

HELENA SOARES

LÚIS LAUREANO

---

3ª EDIÇÃO

Revista e Corrigida

---

*EDIÇÕES SÍLABO*

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro.

As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos.

O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede

[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

**FICHA TÉCNICA:**

Título: Introdução às Finanças – Fundamentos de Finanças  
com Casos Práticos Resolvidos e Propostos

Autores: António Gomes Mota, Clementina Barroso, Helena Soares, Luís Laureano

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, janeiro de 2013

3ª Edição – Lisboa, janeiro de 2020

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 466405/20

ISBN: 978-989-561-040-2



**EDIÇÕES SÍLABO, Lda.**

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: [silabo@silabo.pt](mailto:silabo@silabo.pt)

[www.silabo.pt](http://www.silabo.pt)

# Índice

<b>Introdução</b>	9
-------------------	---

## Capítulo 1

---

### **VALOR FINANCEIRO DO TEMPO**

<b>Teoria</b>	15
Capitalizar e Valor Futuro	15
Custo de oportunidade	16
Regime de Juro Simples	16
Tomada de Decisão	17
Taxa Efetiva	17
Atualizar e Valor Atual	18
Regime de Juro Composto	18
Tomada de Decisão	20
Taxa Efetiva	20
Atualizar e Valor Atual	20
Taxa Nominal <i>versus</i> Taxa Efetiva	21
Rendas	23
O caso específico da avaliação de imóveis	25
TAEG	26
<b>Formulário</b>	29
<b>Casos resolvidos</b>	31
<b>Casos propostos</b>	81

## Capítulo 2

---

### **MERCADOS FINANCEIROS**

<b>Teoria</b>	89
Participantes e tipo de participação nos mercados financeiros	89
Mercado Monetário	89
Mercado de Capitais	91
Ações	91
Obrigações	93
Características comuns aos dois mercados, ações e obrigações	93
Mercado Cambial	96
Formas de participar nos mercados	98
<b>Formulário</b>	101
<b>Casos resolvidos</b>	103
<b>Casos propostos</b>	133

## Capítulo 3

---

### **RENDIBILIDADE E EQUILÍBRIO DA EMPRESA**

<b>Teoria</b>	143
Rendibilidade	143
Os diferentes tipos de Resultados na Empresa – Resultado Operacional	144
Rendibilidade do Negócio	146
O Balanço da Empresa para o analista	147
Componentes da Rendibilidade do Negócio	148
Os diferentes tipos de Resultados na Empresa – Resultado Total, Líquido ou Financeiro	149
<i>Return on Equity</i> (ROE) – Rendibilidade do Capital Próprio	150
Desagregação do ROE	152
Equilíbrio Financeiro	153
Estudo do Balanço	154
Capitais Permanentes (CP)	155

Fundo de Maneio (FM)	155
<i>Working Capital</i> (WC)	155
Tesouraria (T)	156
Transformar os Resultados em Fluxos Monetários – Meios Libertos de Exploração (MLE)	157
<b>Formulário</b>	159
<b>Casos resolvidos</b>	161
<b>Casos propostos</b>	199

## Capítulo 4

---

### **INVESTIMENTOS REAIS**

<b>Teoria</b>	209
<i>Cash Flows</i> do Projeto	211
Fluxos monetários	211
Prever o futuro e olhar apenas o futuro	211
Avaliar o Projeto	212
Valor Atual Líquido (VAL)	212
Taxa Interna de Rendibilidade (TIR)	213
Prazo de Recuperação do Investimento (PRI)	214
Índice de Rendibilidade do Projeto (IRP)	215
Visão prática para pequenos projetos de índole familiar	215
<b>Formulário</b>	217
<b>Casos resolvidos</b>	219
<b>Casos propostos</b>	247





# Introdução

Comecemos esta introdução com uma pergunta, à qual poderá responder escolhendo uma das hipóteses de resposta apresentadas.

Pergunta: «Na renovação de uma aplicação financeira, tipo Depósito a Prazo, de 25 mil euros, o seu Banco compromete-se a creditar-lhe a conta em 500 euros de juros, ao fim de um ano. Aceita a renovação da aplicação nestas condições?»

Respostas:

- a) Não aceito porque tenho outro montante igual num Fundo de Ações em que no último ano consegui uma mais-valia de 1,100 euros;
- b) Aceito porque, nos tempos de crise que vivemos, 500 euros é um montante que não se deve desperdiçar;
- c) Aceito porque esta aplicação rendeu 990 euros de juros no último ano e, fazendo a média com os 500 euros, obtenho, por ano, um juro maior do que o banco concorrente está a oferecer;
- d) Aceito porque tenho todas as minhas aplicações neste banco e a nossa relação é de bastante confiança mútua;
- e) Não aceito porque o Banco tem de oferecer, no mínimo, o mesmo juro do último ano.

Se caiu na rasteira de escolher uma das hipóteses apresentadas para responder à pergunta, sugerimos que prossiga a leitura para os próximos capítulos deste livro.

Na verdade, todas aquelas respostas estão erradas. Nenhuma delas serve para responder à questão colocada no início e, mais, nenhuma serve para responder corretamente numa situação de tomada de decisão de um qualquer investimento. Não se trata apenas de os números não serem os adequados ou da resposta ser inapropriada para o tipo de investimento em causa. Não, todas as respostas contrariam pelo menos um princípio básico da teoria financeira e, como tal, as corretas decisões financeiras não podem ser tomadas de acordo com aqueles tipos de abordagem.

Vejamos então quais são esses princípios básicos da teoria financeira que estão presentes, ainda que em muitos casos passem despercebidos, nos tópicos teóricos e nos variados casos práticos que apresentamos ao longo dos 4 capítulos seguintes em que se desenrola o livro.

## **Risco vs. Rendibilidade**

Se suportarmos um risco mais elevado num determinado investimento, exigiremos uma maior rendibilidade no mesmo para compensar esse risco adicional. De igual modo, se optarmos por um investimento mais seguro, não poderemos exigir um nível de rendibilidade própria de investimentos mais arriscados. A este propósito trabalharemos com os prémios de risco no capítulo 4 de Investimentos Reais.

## **Perfis de Risco**

De acordo com as suas possibilidades financeiras e contexto pessoal e profissional, cada investidor possui um determinado perfil de risco. Normalmente aconselhamos os investimentos mais arriscados, de que as Ações de empresas são o exemplo mais tradicional, aos investidores que têm a possibilidade de disponibilizar montantes elevados por períodos de tempo alargados (longo prazo: mais de cinco anos). Assim, para decidir sobre determinado investimento, o investidor deve apenas fazer comparações dentro do leque de possibilidades que respeitam a sua propensão ao risco. O primeiro critério de escolha tem que ser o risco e não a rendibilidade, ao contrário do que sucede na realidade com muita frequência. A ganância, própria do ser humano, ofusca a sua racionalidade no processo de tomada de decisão. No capítulo 1 de Valor Financeiro do Tempo trabalharemos com os custos de oportunidade próprios de cada tipo de investimento que analisamos.

## **Custos de Oportunidade**

Todo o investimento tem um custo de oportunidade. Quer se trate de uma aplicação financeira, ativos dos mercados (Ações, Obrigações), ativos investidos nas empresas (Fixos e de Exploração) ou um investimento num projeto específico, todos eles terão de gerar uma rendibilidade que será, no mínimo, idêntica à que puder ser gerada por um investimento alternativo (de igual risco e maturidade). No contexto empresarial, somos muitas vezes levados a esquecer este princípio. Ou porque nos contentamos em que a empresa simplesmente dê lucros, ou porque olhando apenas para a maximização desse mesmo lucro, nos esquecemos que isso pode ter implicações graves ao nível do equilíbrio financeiro da empresa, colocando em risco a

sua própria solvabilidade. É mais esta forma de analisar a rentabilidade vs. risco que trataremos de abordar no capítulo 3 do Estudo da Rentabilidade e do Equilíbrio da Empresa.

## **Devemos esquecer o Passado**

O que distingue a teoria financeira da teoria contabilística encontra-se no objetivo de cada uma. Enquanto esta última serve para relatar e concluir sobre a atividade passada, a teoria financeira tem por objetivo ajudar na tomada de decisão sobre investimentos e, conseqüentemente, influenciar o futuro. Nenhum acontecimento passado, seja rendimento ou gasto, deverá ser considerado na hora de decidir sobre determinado investimento. Apenas os rendimentos e gastos que sejam consequência do investimento que se pensa levar a cabo, são relevantes para aferir da pertinência de se efetuar ou não o desembolso de capital. É sobre este ponto de vista que iremos ignorar os chamados custos afundados na análise de investimentos reais do capítulo 4.

## **Diversificação**

Apesar de não dedicarmos nenhum capítulo deste livro à gestão de carteiras completas de investimentos, onde esta questão assume grande importância, queremos salientar que a diversificação aparece como uma das ferramentas mais úteis para a correta tomada de decisão financeira porque, por ser quase sempre bastante simples de implementar, tem como consequência podermos obter de forma fácil a mesma rentabilidade esperada, assumindo um menor nível de risco.

Existem dois tipos principais de risco: crédito e preço. Assim, sempre que não se revelar demasiado dispendioso, os investidores devem alocar os seus investimentos por diferentes emittentes e diferentes tipos de ativos. Para além de resultar numa menor volatilidade dos valores patrimoniais, possibilita a disponibilidade de fluxos em diferentes momentos no tempo, o que ajuda numa boa gestão da liquidez financeira. Explicitaremos a variedade de ativos que podemos encontrar nos mercados financeiros no capítulo 2 de Mercados Financeiros.

## **O futuro não é um espelho do passado**

Apesar de ser este o princípio que desde sempre tem despoletado mais estudos na teoria das Finanças, foi, na prática, o mais ignorado em toda a década de florescimento da engenharia financeira que culminou na grande crise de 2008 em diante. Pensar que factos do passado se irão repetir no futuro, é ignorar completamente

toda a aleatoriedade dos acontecimentos vindouros e das alterações contextuais e conjunturais da nossa existência. São tantos os exemplos de «nada é como dantes». Veja-se o caso do «11 de Setembro»: um ataque terrorista que alterou a perceção do nível de risco do mundo inteiro; e os casos de falências (bancos e países) na crise do *subprime*: que puseram em causa o conceito que temos de taxa de juro sem risco; e estas taxas que entretanto se tornaram negativas. Basear decisões de investimento em comportamentos passados torna-se mais arriscado do que fazê-lo com base em perspectivas futuras. Nem na vida real o passado determina o futuro, quanto mais em Finanças.

Capítulo 1

# **VALOR FINANCEIRO DO TEMPO**



# Teoria

Voltando à questão colocada no início da introdução, com uma ligeira alteração, será que devemos abdicar de 25,000 euros agora, isto é, renovar a aplicação no Banco, para poder ter daqui a dois anos 26,000 euros?

## Capitalizar e Valor Futuro

Antes mesmo de respondermos à questão, existe um facto acerca do qual não temos quaisquer dúvidas: o valor a receber no futuro terá que ser sempre superior<sup>1</sup> ao valor atual que abdicamos de consumir. Caso contrário, que sentido faria separarmos-nos dos nossos valores ao entrega-los a uma determinada entidade, tanto mais que, ela própria, os colocará a render? Oferecer esta oportunidade de lucro merece uma recompensa em troca: o juro.

Assim, ao falarmos de um determinado capital, sabemos que o mesmo vai tomando valores diferentes à medida que o tempo vai passando. Mais tempo implicará mais juro e, conseqüentemente, um maior valor futuro. É aqui que reside a base do cálculo financeiro: capitalizar, que significa acrescentar juro a um capital com o passar do tempo.

Na nossa questão, nunca iríamos aceitar receber os 25,000 euros depois de termos aplicado esse mesmo montante num depósito a prazo por dois anos. O valor

---

<sup>(1)</sup> Em contexto de taxas de juro sem risco negativas e de ameaças de deflação, somos mais precisos se dissermos que o valor a receber no futuro deverá conter uma recompensa superior ou igual ao custo de oportunidade, uma vez que pode haver situações em que o custo de oportunidade resulte em obtermos um valor futuro inferior ao valor atual. Neste livro iremos tratar essencialmente de operações em contexto de um nível de taxas de juro considerado normal, *i.e.*, de taxas de juro positivas.

que para nós equivale a estes 25,000 euros, mas dois anos mais tarde, será um valor diferente porque terá que ser suficientemente maior para incluir um juro justo. Quão suficiente? Qual o montante de juro adequado?

A resposta a estas últimas questões acabará por ser, também, a resposta à questão do início.

## Custo de oportunidade

Para podermos acrescentar juro a um capital será necessário, antes de mais, identificar o nível de taxa de juro adequado para a operação em causa. Na questão que pretendemos responder no início deste capítulo, a taxa de juro a considerar deve cumprir os seguintes requisitos: ser no mínimo a praticada pelas instituições bancárias, de igual nível de risco de crédito do Banco onde está a ser renovada a aplicação, para o mesmo prazo (neste caso 2 anos).

Para outro tipo de aplicação financeira, ou de financiamento, manter-se-ia o mesmo raciocínio na identificação da taxa de juro adequada: procuramos, respetivamente, a mais elevada ou a mais baixa rendibilidade ou custo, consoante o caso, das alternativas de igual risco e maturidade.

Esta taxa encontrada será a nossa taxa de capitalização ou, como veremos adiante, também poderá funcionar como taxa de atualização. Será aquilo a que poderíamos chamar de taxa «justa» para a operação que estivermos a avaliar.

A taxa que efetivamente é praticada pela instituição financeira numa operação concreta poderá diferir da taxa que identificámos como a do custo de oportunidade, acima descrita. É da comparação entre as duas, ou dos diferentes valores que ambas geram, que podemos concluir se devemos ou não aceitar intervir em determinada operação financeira.

Depois de identificar a taxa em concreto, teremos que calcular o juro propriamente dito. Existem duas formas, ou regimes, de apurar o juro numa operação financeira: Regime de Juro Simples (RJS) e Regime de Juro Composto (RJC).

## Regime de Juro Simples

As características principais deste regime sintetizam-se nas seguintes:

- Maioritariamente utilizado em operações de curto prazo (até um ano);
- O juro, para cada período de tempo, é sempre calculado com base no capital inicial (Capital Principal);



- O juro, apurado num período, não vence juros nos períodos seguintes;
- O juro é sempre proporcional ao tempo decorrido (capital inicial  $\times$  taxa de juro para determinado período de tempo  $\times$  número de unidades desse período de tempo);
- Sendo  $C$  o capital inicial,  $r$  a taxa de juro anual<sup>1</sup> e  $n$  o número de anos, o valor futuro,  $M$ , será dado por:  $M = C + C \times n \times r$  ou, simplificando,  $M = C \times (1 + n \times r)$ .

Imaginemos que na questão do início do capítulo se chega à conclusão de que a taxa de juro correspondente ao custo de oportunidade é de 2.5% ao ano. No regime de juro simples, o valor que o Banco deve devolver no final de dois anos é de 26,250 euros ( $M = 25,000 + 25,000 \times 2 \times 2.5\%$ ).

## Tomada de Decisão

Neste momento já podemos responder à questão que iniciou este capítulo. Comparando o valor «justo» com o valor prometido pelo Banco, chegamos à conclusão de que este último é insuficiente. Assim, rejeitaríamos a proposta deste Banco e iríamos efetuar a renovação da aplicação no Banco alternativo que nos oferece os 2.5% anuais.

Desta conclusão, de que a taxa de juro oferecida pelo Banco em causa é inferior à do custo de oportunidade, podem surgir duas perguntas:

- Qual a taxa de juro que está efetivamente a ser oferecida pelo Banco?
- Qual o valor máximo que estaremos dispostos a aplicar no início se o Banco apenas oferece 26,000 euros no final de dois anos?

## Taxa Efetiva calculada em RJS

A resposta à primeira destas questões conduz-nos ao conceito de taxa efetiva e, mais concretamente naquele caso, de taxa anual efetiva calculada em regime de juro simples (pois em geral quando falamos em taxas efetivas estamos a referir-nos a taxas calculadas em regime de juro composto).

Se iniciamos um determinado período de tempo com um capital  $A$  e, em virtude de determinada operação financeira, terminamos esse mesmo período com um valor futuro  $B$ , a taxa efetiva ou a que efetivamente o capital esteve aplicado ou, ainda, a taxa «verdadeira» da operação naquele período de tempo, facilmente se calcula utilizando a equação de capitalização acima descrita. Neste caso virá  $B = A + A \times 1 \times r$ ,

---

<sup>(1)</sup> O período de referência em termos financeiros é o período anual. Veremos mais adiante como tratar as taxas que se referem a períodos diferentes.

sendo  $A$  e  $B$  os valores conhecidos dos capitais inicial e futuro, respetivamente, e  $r$  a nossa incógnita: a taxa efetiva para um determinado período de tempo que, nesta operação, se limitou a ser apenas de um (ano).

Vamos agora responder o mesmo mas para a questão concreta do início: o Banco oferece 26,000 euros, no final de dois anos, se renovarmos a aplicação em 25,000 euros. Qual a taxa anual efetiva que está a oferecer? Resposta:  $26,000 = 25,000 \times (1 + 2 \times r) \Leftrightarrow r = 2\%$ . Ao ano, anual, a taxa oferecida é de 2%. Repare-se que se considerarmos que o período da taxa é de dois anos, a taxa de juro oferecida seria de 4% (neste caso  $n = 1$ ) e confirmamos a proporcionalidade do juro face ao tempo que caracteriza este regime de juros.

## Atualizar e Valor Atual

A segunda daquelas questões leva-nos a fazer o cálculo oposto ao da capitalização. Na verdade, agora não procuramos saber o valor equivalente de um determinado capital presente. O que pretendemos saber aqui é qual será o valor que estamos dispostos a considerar no presente, para a renovação da operação financeira, em face de um valor concreto que nos está a ser oferecido para um momento futuro. Queremos encontrar o valor atual e necessitaremos de atualizar.

Não podemos deixar de utilizar a mesma equação de capitalização definida anteriormente, uma vez que só esta considera a inclusão do juro «justo» pelo passar de determinado período de tempo, mas no entanto a nossa incógnita é agora o capital presente, atual, e não o valor futuro.

Considerando os mesmos dados que temos utilizado para a questão do início do capítulo, o valor que estamos dispostos a renovar na aplicação a prazo é de 24,761.90 euros em face de 26,000 euros que nos estão a ser oferecidos para daqui a dois anos. O resultado foi obtido de  $26,000 = C + C \times 2 \times 2.5\%$  ou  $C = \frac{26,000}{1 + 2 \times 2.5\%}$ .

Aplicando, no máximo, os 24,761.90 euros conseguiremos obter, no mínimo, os 2.5% anuais de rentabilidade que constituem, neste exemplo, o nosso custo de oportunidade. Se aplicarmos os 25,000 euros, já sabemos que apenas iremos obter 2% ao ano.

## Regime de Juro Composto

Embora a designação deste regime, quando comparada com a do anterior, sugira uma maior complexidade ou dificuldade de cálculo, tal não é verdade e, para certas operações, nomeadamente com muitos fluxos financeiros, este é o regime que

Este livro, agora em terceira edição, explica a resolução de uma série de casos práticos que abrangem as principais matérias de finanças, desde a análise de empresas e mercados, passando pelas ferramentas de avaliação de novos projetos de investimento, até ao detalhe da mecânica do cálculo financeiro. Condicionaismos inerentes ao ensino académico impõem que os exercícios apresentados traduzam alguma simplificação da vida real, permitindo a sua resolução sem grande dispêndio de tempo. Deste modo, a parte prática é complementada com uma explicação, em cada capítulo, dos princípios financeiros básicos que permitem enquadrar as resoluções apresentadas e sustentar a tomada de decisão nas diversas áreas da vida financeira. Ao abordar a teoria financeira, este livro evita algumas ideias e conceitos deformados de «ganhos» que se encontram sedimentados em bastantes espíritos demasiado gananciosos de muitos agentes económicos. Os autores chamam a atenção para a verdadeira lógica financeira e enriquecem os exercícios práticos com um conjunto de alertas que complementam e consubstanciam as conclusões dos cálculos efetuados.



**ANTÓNIO GOMES MOTA.** É Professor Catedrático na Iscte Business School. No âmbito da sua atividade universitária criou e dirigiu diversos programas de pós-graduação e tem lecionado temas nas áreas das finanças empresariais, investimentos e gestão de riscos. Foi Diretor da Iscte Business School e Presidente do Indeg/Iscte Executive Education. Nos últimos anos exerceu funções de administração não executiva em empresas de grande dimensão como a CIMPOR, EDP e CTT. É Presidente do Instituto Português de Corporate Governance. É autor de diversos livros na área de finanças.



**CLEMENTINA DÂMASO BARROSO.** É Professora Associada convidada do departamento de Finanças na Iscte Business School. É doutora em Gestão Empresarial Aplicada e licenciada em Gestão (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa). No âmbito da atividade universitária, foi diretora das licenciaturas em Gestão e em Finanças do Iscte e Diretora Geral do Indeg/Iscte Executive Education. É Revisora Oficial de Contas (ROC). Atualmente é Administradora não-executiva e membro da Comissão de Auditoria do Banco CTT, Membro Independente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Science4you. Coautora dos livros *Investimentos Financeiros* e *Introdução às Finanças*.



**HELENA SOARES.** É Professora Convidada na Iscte Business School onde tem lecionado diversas cadeiras de Finanças, nas licenciaturas, mestrados e pós-graduações. É licenciada em Gestão (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa), MBA Finanças (UCP) e parte letiva do Programa de Doutoramento em Finanças de Empresa (Universidade Complutense de Madrid e Universidade Autónoma de Madrid). Desenvolveu atividade profissional na Banca de Investimentos, por mais de uma década no setor de Mercados Financeiros, com especial ênfase na gestão de carteiras de títulos de Fundos de Investimento e Fundos de Pensões.



**LUÍS LAUREANO.** É Professor Auxiliar na Iscte Business School, Diretor da licenciatura em Finanças e Contabilidade e Diretor da pós-graduação em *Analytics for Business* do Indeg/Iscte Executive Education. É licenciado em Gestão (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa), mestre em Gestão de Sistemas de Informação (Iscte) e doutor em Gestão – especialização em Finanças (Iscte). Tem lecionado várias cadeiras na área financeira em várias licenciaturas, pós-graduações e mestrados. É ainda coautor de livros na área financeira e coautor de artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais.



# Introdução às Finanças

ISBN 978-989-561-040-2



9 789895 610402